



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

Ofº nº 1867/SEAPI – 04 Outubro 2011

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência **S/comunicação de** **N/referência** **Data**

ASSUNTO: **RESPOSTA AO REQUERIMENTO N.º 36/XII/1.ª**

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de enviar cópia do ofício n.º 1753 de 03 de Outubro do Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Cultura, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

SMM



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

1753 03-10 '11

Proc. 01.02.01 (PSD)

Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de Sua Excelência a
Secretária de Estado
Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Dr.ª Marina Resende
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

ASSUNTO: Requerimento N.º 36/ XII/ 1ª apresentado pelos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, Guilherme Silva, Cláudia Aguiar, Correia de Jesus e Hugo Velosa, relativo à "Transferência de documentação da Torre do Tombo para o Arquivo Regional da Madeira".

Exma. Senhora, *Am. Colyze,*

Em resposta ao V. ofício n.º 1057/SEAPI de 31 de Agosto de 2011, encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura de prestar os seguintes esclarecimentos:

Não é possível satisfazer esta pretensão sem gravíssimo atentado à integridade de património arquivístico de valor nacional e mundial, "porque a documentação mais antiga relativa à ilha da Madeira" existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo encontra-se na **Chancelaria Régia (1211-1833)** e nas **Gavetas (1101-1986)**, que constituem os fundos e colecções, por excelência, de todo o Estado Português e da Nação Portuguesa e ainda na colecção **Corpo Cronológico (1161-1699)**, classificada pela UNESCO em 2005 como Património da Humanidade e inscrito no **Registo 'Memória do Mundo'**, perdendo a sua condição de Património da Humanidade se se verificasse uma diminuição da integridade da mesma colecção.

Acresce que os diplomas de nacionalização do património arquivístico de entidades extintas (que ocorreram durante o séc. XIX) consubstanciavam, concomitantemente, uma política nacional de salvaguarda de património histórico e de construção da própria identidade nacional, cujo símbolo maior é o próprio Arquivo Nacional da Torre do Tombo, como repositório comum de toda a Nação Portuguesa e que no seu acervo inclui documentação relativa quer a outras regiões de Portugal (como os Açores), quer a regiões passadas de Portugal e hoje integradas noutros países (como Ceuta, Arzila ou Mazagão), quer mesmo de regiões que integravam Portugal e hoje são países independentes (Cabo Verde, Togo, Brasil ou Índia).

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

Rui Mateus Pereira
Rui Mateus Pereira